

Extensão cultural do Museu Etnológico

A) — O Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia

(Continuação)

1954-1955

Capitão JOSÉ AUGUSTO CORREIA DE CAMPOS

A Virgem Apocalíptica portuguesa ou pré-existente (1955).

(1.^a comunicação)

Aludiu a estudos recentes, que conferem à Península a glória de ter iniciado o primeiro renascimento plástico da Europa, depois da queda do Império Romano. Ainda a Europa estava inteiramente na dependência da arte bizantina, já a *Hispania* tinha criações próprias. Além das bíblias catalãs ilustradas e das imagens de marfim, anteriores ao Milénio, também existiam os *Beatos*, designação por que são conhecidas as cópias da obra, que o beato monje de Liebana (Astúrias) fez em 786. Ainda chegaram à actualidade vinte e quatro desses *Beatos*, quinze dos quais feitos nos sécs. X e XI. Os autores dessas cópias deram realização plástica a determinados passos do Apocalipse, referentes ao aparecimento do dragão a querer devorar, logo após o nascimento, o Filho da Mulher, vestida de sol, coroada de doze estrelas, com a lua aos pés. Assim se criou no domínio da arte a *Virgem Apocalíptica*, também chamada *pré-existente*, por em sua unicidade consubstanciar todos os temas dispersos, que as Escrituras Sagradas atestam à Virgem Maria, e cujo tipo fora an-

teriormente esculpido pelos Profetas. Também Portugal possui o seu *Beato*, da autoria de um monje Egas, que o terminou em 1189, o qual se encontra na Torre do Tombo, vindo de Lervão, a pedido de Alexandre Herculano. Fez o estudo comparativo dos *Beatos* espanhóis e do português, afirmando ter a Mulher Apocalíptica no modelo português uma discreção, delicadeza e sensibilidade diferentes dos do oriente peninsular, alguns dos quais, dentro do realismo chocante com que foram concebidos, marcaram o ponto de partida para a criação do tipo iconográfico das *Nossas Senhoras do O*, que mais tarde foram retiradas do culto. A Virgem Apocalíptica, em verdade criação tipicamente peninsular, vem a ser a origem da mais vulgarizada representação de Maria, a *Nossa Senhora da Conceição*; todos os atributos apocalípticos, referidos, se mantiveram; apenas o dragão se transformou em serpente, e as mãos buscam outra posição, para mostrar o seu colóquio interior. Em seguida, revelou a descoberta da Virgem Apocalíptica portuguesa, que veio decifrar o enigma das colunas-estátuas da frontaria da igreja românica de Bravães, do séc. XII, dizendo não representar, como se julgava, a cena da Anunciação, mas, muito simplesmente, a Virgem Apocalíptica portuguesa e S. José, que aparece com barba, como a tradição o apresenta.

(2.^a comunicação)

Considerou em primeiro lugar a interpretação realista dos iluminadores dos *Beatos* espanhóis, quando deram expressão plástica ao episódio do dragão apocalíptico e da Mulher grávida, que foi o ponto de partida para a criação do tipo iconográfico da *Senhora da Expectação* ou *Senhora do O*. Passada a influência dos *Beatos*, que atinge o séc. XIII, a originalidade de alguns autores espanhóis, dada a semelhança do tema, levou-os a ilustrar com o mesmo realismo as cenas da Anunciação e da Visitação. Essas figurações, no séc. XV, deixam de ser exclusivamente espanholas, para passarem a outros povos católicos, mas em reduzidíssimo número. Por fim, a Virgem aparece de ventre túrgido, em esculturas isoladas, e assim é exposta ao culto público em altares. Só em Portugal e na Espanha existe o tipo iconográfico, desta forma concebido, e é curiosa a sua dispersão. Em Portugal, a Senhora do O expande-se por toda a sua superfície, com maior densidade na região de Coimbra e nas Beiras, chegando mesmo, embora sem a correspondente representação iconográfica, à Índia, a Malaca e ao Brasil. Em Espanha, a Senhora do O, nesta sua última forma evolutiva, apenas se encontra nas regiões mais ou menos confinantes com Portugal. Vergílio Correia, notando o facto, disse não se poder ver nessa circunstância uma influência portuguesa sobre Espanha, em razão das Senhoras do O espanholas serem mais antigas que as nossas, e o culto lá ter sido iniciado durante a ocupação visigótica. Todos os nossos investigadores e críticos de arte, dado o prestígio do saudoso mestre, aceitarem sem reflexão o seu ponto de vista. Ora, o Sr. Capitão Correia de Campos revindica para Portugal a criação do tipo iconográfico da Senhora do O na sua forma definitiva; afirma que os nossos investigadores não interpretaram devidamente o facto, tão grande é a clareza da sua evidência, por lamentavelmente haverem confundido o culto da Virgem activa com o da Virgem

contemplativa, que proveio da ilustração dos textos bíblicos, e, por isso, sempre acompanhada, ao passo que as imagens portuguesas da Senhora do O, em figuração isolada, começam por ser apresentadas com a mão sobre o ventre, para, em seguida, a afastar; corresponde a modificação à tardia evolução do culto da Virgem activa, na sua nova função de advogada e protectora das parturientes. Só depois foi criado o tipo iconográfico português, correspondente à forma nova, diferenciada, e pôde então influenciar parcialmente o país vizinho. Convém observar que essa forma, tipicamente portuguesa, corresponde à maneira de ser, à delicadeza, aos sentimentos do povo português. Na borda atlântica da Península é a mulher que o homem confere e generaliza o título mobilante de Dom, contrariamente à Espanha, que o concede ao homem. Esse mesmo espírito de cavalheirismo gerou os dois extraordinários livros de cavalaria medieval: *Amadis de Gaula* e *Palmeirim de Inglaterra*, em que a mulher aparece glorificada e exaltada quase até à adoração. Não admira, portanto, que se particularizasse em Portugal, mais do que em qualquer outro povo, essa necessidade de protecção à mulher no delicado período da gestação, em que a vida lhe corre sérios riscos.

Referindo-se à imagem da Senhora do O da Sé Velha de Coimbra, observou que todos os nossos investigadores e críticos de arte, sem excepção, a consideram do séc. XIV e lhe dão a autoria de Mestre Pero. Não está de acordo. Qualquer pessoa, mesmo sem grande cultura artística, se fizer um estudo comparativo entre as esculturas de séc. XIV, atribuídas a Mestre Pero, e a Senhora do O coimbrã, notará uma certa semelhança apenas na base das esculturas e nas jóias do fimal quadrilobado, em pessoas separadas na idade por quase um século, que denotam duas épocas, dois mundos, dois conceitos de vida diferentes: pleno Gótico e limiar da Renascença. Além disso, a Senhora do O de Coimbra não poderia ser do séc. XIV, por

ser só no fim deste século que os artistas deram realização plástica à Virgem activa, sob a forma da Senhora da Misericórdia, a qual é historicamente o tronco de que derivam todas as imagens protectoras do mundo católico, no número das quais está evidentemente a escultura referida. Também seria de surpreender que, existindo as Senhoras do O tão espalhadas pelo País no séc. XIV, elas não tivessem irradiado logo nesse mesmo século pelo país vizinho, pois do tipo das Senhoras do O portuguesas só a Espanha as começa a ter no séc. XV, para mais dadas as relações de parentesco entre as casas reinantes dos dois reinos e a existência de ordens religiosas comuns. Fazendo um estudo consciencioso, consultando as bibliotecas, para melhor documentação, tendo o cuidado de ver as obras do padre-mestre Manuel Fernandes e de Fr. Agostinho de Santa Maria, concluir-se-á que a Senhora do O de Coimbra, «com seu santíssimo rosto e mãos se vêem encarnadas e o mais das roupas pintadas com estrélas de ouro e perfis do mesmo», foi mandada fazer certamente nos primeiros tempos da entrada para o Bispado de Jorge de Almeida, cerca do ano de 1481, como no-lo indicam, quase com segurança, as armas insculpidas do referido Bispo na peanha, servindo de apoio a notabilíssima escultura (1).

Nunca foi mesquita a igreja mosárabe de Mértola (1955).

Historiou o que se tem dito e escrito deste templo, que todos afirmam ser de construção árabe. Descreveu a sua passagem demorada pela vila alentejana de Mértola e os prolongados e minuciosos estudos a que procedeu *in loco*; com desenhos seus, plantas, estampas, fotografias, gráficos, manifestou a opinião de que o templo nunca foi árabe mas de construção mosárabe, mantidas as formas de estrutura árabe. Referiu-se circunstanciadamente às obras, que a modificaram até às do restauro a que procederam recentemente os Monumentos Nacionais. Deteve-se na

longa exposição e reservou para outra sessão de estudos a continuação das suas observações e para as conclusões a que chegou pelo estudo minucioso e demorado da igreja de Mértola.

Dr. JOSÉ DOMINGOS GARCIA DOMINGUES

Aben Máfom e a Conquista do Algarve pelos Portugueses na «Adh-Dhakhrya as-Sanyyia» (1954).

Tratou de dois textos árabes, insertos na «Adh-Dhakhrya as-Sanyyia», crónica anónima dos Merínidas, publicada em Argel, em 1921, por Ben Cheneb, em que se fala de Aben Máfom, último rei árabe do Algarve, e da conquista do Algarve pelos Portugueses. Para ela chamou, em devido tempo, a atenção Levi Provençal. Esses trechos são preciosos, sobretudo pela falta de elementos para a reconstituição da última fase do domínio muçulmano em território português. Analisou os estudos nacionais e estrangeiros, detendo-se na apreciação das afirmações de Alexandre Herculano, Gonzaga de Azevedo, Amador de los Rios e Las Cágigas, valorizando em especial as deste último.

Citou as fontes árabes e cristãs sobre a personagem árabe de Aben Máfom. Leu o que diz o «Kartás» de Abi Zara, no Anónimo de Copenhague e Madrid, e finalmente o primeiro trecho árabe de «Adh-Dhakhrya», relativo a Aben Máfom, trecho que traduziu. Passou ao segundo trecho, e declarou que supunha ser aquele o único texto árabe com referências à maneira como os Portugueses conquistaram o Algarve.

Tratou, depois, das fontes espanholas e portuguesas relativas a Aben Máfom e à conquista do Algarve. Chamou a atenção para a revalorização, que é preciso fazer e que se está fazendo, das crónicas portuguesas antigas, isto é, as que parecem ter constituído a Crónica dos Reis de Portugal, sob a actual rubrica de Crónica dos Sete Reis. A maneira como aí se descreve a conquista do Algarve é realista e não devemos pôr em dúvida as suas afirma-

ções senão perante documentos, que as invalidem. Se aí há muitos erros, importa corrigi-los, como o fez Fr. António Brandão, e não negar o valor do conjunto, como pretendeu Herculano. Pelo contrário, hoje tende-se a ver nessas crónicas uma fonte de informação muito próxima dos factos e baseada em boas fontes contemporâneas, algumas das quais talvez árabes.

Reconstituiu finalmente a época que evocava, relacionando-a especialmente com os acontecimentos de Sevilha. Traçou a biografia de Aben Máfon, cujo nome estudou nas suas diferentes formas portuguesas, castelhanas e aragonesas, e apresentou a versão mais admissível da forma como teria sido feita a conquista do Algarve.

Prestou homenagem à maneira inteligente como Gonzaga de Azevedo tratou o reinado de D. Sancho II, dando especial relevo à acção do Rei nas conquistas que vão de Silves a Mértola; discordou, todavia, da opinião dele quanto ao modo como foi feita a conquista do Algarve pelos Portugueses. Neste ponto prefere a versão da velha Crónica dos Reis de Portugal, que afirma categoricamente que as últimas povoações do Algarve foram conquistadas por D. Afonso III. Aludiu sumariamente a alguns episódios da conquista do Algarve, que, sem serem contos de Mouras Encantadas, entraram na aura popular e constituíram o que poderia chamar o «folclore da conquista» (1).

Dr. FERNANDO CASTELO-BRANCO

O Problema dos presépios portugueses, quatrocentistas (1954).

Aludiu à opinião da Sr.^a D. Maria Brak-Lamy Barjona de Freitas, expressa no vol. III de *Ethnos*, segundo a qual se podia colocar o aparecimento do primeiro

(1) Esta comunicação, apesar de ter assunto histórico, é aqui sumariada, por relacionar com os factos da História certos factos da Etnografia, que daqueles se formaram.

presépio português nos fins do séc. XIV. A autora chegara a essa conclusão baseando-se nas referências que Soror Maria Baptista, no Livro da Fundação do Mosteiro da Salvação (Lisboa), faz ao primeiro presépio da Capital. Além disso, tomou por base do seu cálculo cronológico a anterioridade da obra a 1581, data em que supõe o falecimento da sua autora. Ora, o autor da comunicação teve ocasião de examinar o Livro da Fundação do Mosteiro, e verificou dizer-se nele expressamente que fora escrito em 1617. Verificou também que não vem indicada em apêndice a data da morte de Soror Maria Baptista, como afirmava a Sr.^a D. Maria Barjona de Freitas mas sim que o último capítulo do livro é consagrado a uma Soror Maria Baptista falecida em 1581. A sua identificação com a autora do livro não é possível, em face das referências numerosas a acontecimentos posteriores a esse ano, dispersas pela obra, o que leva também a rejeitar a hipótese de adições posteriores, facto que não devia deixar de ser mencionado no rosto da obra. Por outro lado, a admitir tal hipótese, levaria à conclusão de que a autora só possuiria obras póstumas, pois os dois livros, que publicou, apareceram em 1618 e 1638. Estaria ainda em divergência com Fr. Luís de Sousa, que não lhe atribui qualquer obra, e em contradição com Barbosa Machado, que a dá por falecida em 1659. A conclusão é portanto de que se trata de duas pessoas distintas, e de que a obra foi escrita em 1617, o que, mesmo aceitando o cálculo da Sr.^a D. Maria Barjona de Freitas, nos levaria a colocar o seu aparecimento nos meados da primeira parte do séc. XVI e não no fim do séc. XV.

Acrescentou ainda o autor da comunicação que se baseou a Sr.^a D. Maria B. de Freitas, para o seu cálculo cronológico, em suposição de que o primeiro presépio mencionado por Soror Maria Baptista se estragou pela acção do tempo. Ora, lendo na íntegra o texto de Soror Maria Baptista referete ao caso, demonstrou que ela não cita esse pormenor. Ignorando-se a causa

do desaparecimento do primeiro painel, facto basilar no cálculo referido, mais ainda se rejeitará a hipótese do aparecimento dos primeiros presépios portugueses nos fins do séc. XV.

Aludiu ao problema da veracidade da notícia, que não foi abordado pela Sr.^a D. Maria Barjona de Freitas, mas que não pode deixar de ser posto, por se tratar da atribuição duma primazia ao Mosteiro do Salvador, sustentada por uma freira do mesmo mosteiro. No entanto, o escrúpulo, que Soror Maria Baptista revela na sua obra, e a atribuição da mesma primazia a esse convento pelo autor do «Anatónico Jocosos» levam a admitir a sua afirmação como possivelmente verdadeira (1).

Presépios portugueses seiscentistas (1955).

Novas investigações com êxito levaram o autor a retomar o assunto. Focou em

(1) O mesmo Sócio fez em 1953 uma comunicação, que foi a primeira no assunto dos presépios portugueses mais antigos. Teve por título *Presépios portugueses seiscentistas*. Apesar do assunto, como foi apresentado e por si mesmo, ter importância artística e etnográfica, só por lapso não foi incluída a comunicação no volume anterior. Remedeia-se a falta, incluindo a súpula agora, tanto mais que o autor da que vai integrada no texto, se referiu nela à anterior, em continuidade do assunto.

Afirmou que não há quase nenhuma obra que assinalem a existência de presépios anteriores ao séc. XVIII, embora um estudo da Sr.^a D. Maria Brak-Lamy Barjona de Freitas e dois documentos publicados pelos Srs. Luís Chaves e Machado Faria, nos deixem dúvidas sobre a sua existência. Referiu-se depois a um documento manuscrito, por ele encontrado, que, além de ser mais uma referência aos presépios do séc. XVII, nos revela a inclusão de cenas religiosas e a par delas episódios da antiguidade clássica, nomeadamente o cerco de Tróia. Este aspecto de «classicismo» dos presépios seiscentistas era ignorado, e veio a perder-se no séc. XVIII, em que nos aparecem apenas episódios folclóricos, e tal facto corresponde decerto ao desaparecimento de uma imaginação erudita na composição dos presépios, substituindo-a uma temática popular.

primeiro lugar o interesse de se demonstrar a existência de vários presépios no séc. XVII, precisando-se e ampliando-se o nosso conhecimento sobre esse aspecto da arte portuguesa, e demonstrando-se também como o presépio é uma manifestação tradicional na nossa arte e na nossa religião.

Depois, resumiu os documentos até agora revelados e referentes a presépios seiscentistas: um descoberto pelo Sr. Dr. Luís Chaves e por ele publicado no «Arqueólogo Português» e no seu estudo «Barristas Portugueses»; e outro descoberto por ele próprio e já revelado em sessão de estudos do Instituto (24-5-54). A estes devem-se acrescentar as seguintes notícias, dispostas cronologicamente: 1) — um passo do «Livro da Fundação do Mosteiro do Salvador», de Soror Maria Baptista, donde se conclui que os presépios já estavam difundidos em 1617; 2) — uma visita realizada em 1642 em Guimarães, que revela ter um certo cônego Forras construído um presépio, que expôs ao público; 3) — um presépio que foi feito para D. Afonso VI, segundo uma biografia deste rei existente manuscrita na Torre do Tombo, e que outras fontes confirmam; 4) — uma referência a um presépio em 1685, publicada na «Nação Portuguesa», por certo o mesmo a que se refere o documento revelado pelo autor na comunicação por ele feita ao Instituto na sessão de 24-5-54. Em conclusão, afirmou que em face de todas estas provas da existência de presépios no séc. XVII, se tornava necessário verificar se, entre todos os presépios atribuídos ao séc. XVIII, não haverá algum seiscentista (2).

Professor LUÍS CHAVES

Garrett no «Romanceiro» e o Folclore português no «Romanceiro» de Garrett (1954).

Garrett reuniu considerável colecção de romances e xácaras populares. Estava dentro dos seus planos a valorização das

tradições populares, para renovar a literatura portuguesa. Na renovação geral, em todos os sectores da actividade portuguesa, que devia fazer-se recorrendo às tradições nacionais, cabia lugar importante à literatura. Com o exemplo de alemães e ingleses, compreendeu que o regresso da literatura a formas portuguesas só podia obter-se na inspiração das várias manifestações da poética primitiva, trazida pelos séculos adiante na tradição popular dos romances medievais e da estrutura e dos sentimentos deles. Aproveitou-o no «Romanceiro» e em trabalhos literários dele próprio.

A corrente poética popular está nele, embora a adaptasse a formas que julgou mais próximas do original e de melhor expressão literária. O Folclore português anda no «Romanceiro» de Garrett, não porque fosse folclorista, obediente às regras científicas de um labor que não era do seu tempo como é hoje, mas porque era poeta e sentia a poesia dos romances e das baladas tradicionais entre o povo português. No entanto adaptou método seu, com características concordantes com os métodos científicos actuais; o estudo dos muitos exemplares reunidos facultou-lhe aproximações, comparações entre romances portugueses, de diferentes províncias, e estrangeiros, sobretudo espanhóis (nas colecções de Durán e Ochoa), que eram para nós os mais importantes. Depois, como poeta excelso, que era, adaptou-os a mais fina expressão artística, até servir-se deles, por vezes, na sua obra literária.

Publicação em «Artes e Letras», suplemento dominical de «Novidades», Lisboa.

Lisboa nos versos de Cesário Verde (notas etnográficas) (1955).

No *Livro de Cesário Verde*, editado pelo amigo íntimo, que foi Silva Pinto, observou alguns aspectos pitorescos e cenas populares da Capital. «Num Bairro Moderno» é nota etnográfica, que Lisboa ainda regista na vida citadina de todos

os dias na sua gente e nas ruas. Em «Cristalizações» há o movimento das ruas e o variado e variegado de teor popular que se observa diariamente nelas. Em «O sentimento de um ocidental» o cenário transforma-se; já não é a cidade buliçosa às horas do dia e do entardecer; aqui é a cidade nocturna, que passa também na «Noite fechada».

Publicação em «Artes e Letras», id.

Dr. FERNANDO RUSSELL CORTEZ

Duas inscrições romanas da Beira Alta (1954).

Notícia desenvolvida de duas inscrições romanas, encontradas na Beira Alta, suas leituras; interpretação das instituições familiares, divindades regionais e costumes que se relacionavam com elas, por essas leituras; alusão a formas de matriarcado entre os povos lusitanos, interpretáveis nestas inscrições, e ainda hoje reconhecíveis na população portuguesa.

A arquitrave e a arquivolta nos templos cristão primitivos; acerca da origem e do uso, em Portugal, do arco sobre colunas (1955).

Considerou as duas basílicas últimamente descobertas em Portugal: a de Idanha-a-Nova e a de Santa Marta da Falperra, próximo de Braga. O estudo da planta da basílica de Santa Marta permite completar a da basílica da Idanha, descoberta pelo Dr. Vergílio Correia. Ambas deviam ter dimensões semelhantes. Por outro lado, os alçados da basílica da Idanha informa-nos do uso da arquivolta sobre colunas, de origem síria, nos templos cristãos dos séc. VI-VII em Portugal. Apresentou uma planta reconstituída da basílica de Idanha-a-Nova.

Uma lápide de Mangualde (1955).

Estudou uma lápide de Mangualde, cuja fotografia apresentou. Aparece nela nitidamente a designação do ofertante, que

se declara *ocelense*. Parece, em vista deste facto, que os Ocelenses, a que se refere Plínio, teriam ali o seu assento. Notou que são numerosos os vestígios romanos no local, e sugeriu que no lugar da capela de Nossa Senhora do Castelo teria existido o castelo dos Ocelenses.

A confirmação seria decisiva, se as iniciais D. D. pudessem interpretar-se como partindo a dâdiva do decurião de Ocela; se lermos *donum dedit*, será sem dúvida necessária a confirmação.

Dois marcos miliários da Beira Alta (1955).

Estudou dois marcos miliários romanos da Quinta da Lagoa e de Famalicão da Serra. Apreciou-lhes a cronologia. Apareceram em lugares, por onde passavam as estradas da rede romana, que o autor esboçou na região da Beira Alta onde foram encontrados os marcos.

SALVADOR FERNANDES LIMA

Imagem de marfim e Moedas suévicas e visigóticas (coleção) (1955).

Apresentou uma imagem da Virgem, de marfim, que tem aparência de ser do séc. XV, embora com caracteres arcaicos. A seguir, comenta uma coleção de moedas, suévicas e visigóticas, que também apresentou. Não concorda com a designação vulgar de «cruz em três altares», que é costume dar-se às representações cruciformes nas moedas visigóticas; usa, em vez dela, a de «cruz em altar de três degraus», o que lhe parece mais concorde com o que se vê.

Dr. FERNANDO BANDEIRA FERREIRA

Novos achados de material paleolítico e post-paleolítico em Monsanto (1955).

Relatou a descoberta, efectuada por ele e pelos Srs. Drs. Amadeu Paiva Santos e José Ferrão, numa mancha arqueológica

situada na parte superior do vale de Santana (Monsanto). Contém bastante material paleolítico e post-paleolítico, algum muito patinado. O facto de a referida mancha se encontrar apenas a 500 metros a SO da estação pré-histórica do Moinho das Cruzes, permite supor que constitui um prolongamento dessa estação, que se torna assim uma das mais vastas dos arredores de Lisboa.

Nova estação paleolítica a Este do Baleal (Estremadura) (1955).

Apresentou material paleolítico (ache-lense e languedocense), que recentemente recolhera no litoral estremenho, próximo do *chalet* Botica a Este do Baleal. Descreveu o local. Ilustrou a exposição com a carta da região e plantas levantadas no terreno. Fotografias mostraram os aspectos da estação arqueológica. Fez considerações acerca das indústrias da Idade da pedra lascada, existentes na costa portuguesa. Apresentou material recolhido.

Prof. Doutor MANUEL HELENO

O Tesouro da Borracheira (Teixoso): Notícia do achado e das circunstâncias em que se realizou.

Um dia duas crianças, brincando, encontraram na Serra da Dona Ervilha, perto do lugar da Borracheira, freguesia do Teixoso, um tesouro constituído por numerosos áureos romanos, de que se salvaram quarenta; por um colar de ouro com jacintos; por um par de brincos com esmeraldas; por quatro anéis, dos quais um com uma pedra gravada com um Sátiro, e outro com a saudação *Utere Felix*; e finalmente por fragmentos de quatro colheres de prata.

As moedas pertenciam a Nero, Tito, Trajano, Adriano, Antonino, Faustina Mãe, Marco Aurélio, Faustina Jovem, Septímio Severo, Domna e Geta, mas sabe-se de outras desaparecidas de Lúcio Vero e Lucila.

O tesouro teria sido depositado nos princípios do séc. III e constitui um testemunho da delicadeza da ourivesaria e do brilho atingidos pela arte monetária no império romano e documenta as actividades guerreiras dos imperadores, e a sua política, a religião, a história económica, etc..

Publicação em *O Arqueólogo Português*, 2.ª Série, vol. II, Lisboa, 1953, pág. 213-226.

ALFREDO JOAQUIM FERREIRA DO NASCIMENTO

Lápide da Glória (Coruche) (1955).

Dá notícia de uma lápide existente na igreja de Nossa Senhora da Glória, perto de Coruche, na Charneca; revela um arquitecto e a existência de nome Tomás em 1362; Leite de Vasconcelos afirmou que este nome só era conhecido em Portugal desde o séc. XV.

Aludiu a características estranhas da população da Glória, na Charneca, onde os costumes, o tipo humano e até a linguagem são estranhos.

JEAN OLLIVIER

Os leões do Paço da Ericeira (1955).

Referiu-se à existência de duas pedras com dois leões em relevo, que existem num casal das proximidades da Ericeira. Salientou o valor delas. Relacionou-as com o palácio dos Meneses, senhores da Ericeira, aos quais pormenorizadamente aludiu, bem como aos restos, dismantelados e deformados, do palácio condal. Comentou as duas esculturas, de que apresentou fotografias. Os condes tinham paço em Lisboa, na Anunciada, e aí recolhiam obras de valor artístico; uma das esculturas é de origem oriental, síria. Comenta as razões por que teria chegado às mãos dos condes.

Publicação em *Arqueologia e História*, vol. VII, pág. 185-191, Lisboa, 1956.

Major ISMAEL JOAQUIM SPÍNOLA

Influência das ideias filosóficas e respectivo simbolismo na Idade Média sobre a expressão simbólica das moedas da Dinastia Afonsina (1954).

Salientou o contraste entre o que de muito se sabe da numismática da antiguidade e o pouco da numismática medieval. Não se tem conseguido fixar as bases em que se deve fazer o estudo dos numismas medievais. Se a Idade Média é a «época do obscurantismo», como compreender esta época essencial da sua evolução? As figuras dos numismas não podem ser interpretadas com exactidão, sem conhecimento das ideias e dos factos do seu tempo. Só depois, no começo deste século, com os trabalhos de Brawenkar, alemão, e Gilson, francês, a história da *Idade Média Intellectual* começou a ser estudada e compreendida.

O esforço desenvolvido pelos intelectuais medievos, na tentativa de unificar o Cristianismo com o subsistente da cultura greco-romana, dominou toda a época. Como este facto fundamental não foi tomado como premissa no problema da interpretação dos seus numismas, os numismatas foram levados a interpretações incompatíveis com a lógica. Não houve compartimentos estanques na transição da Idade Antiga para a Idade Média no campo da intelectualidade. A literatura patrística, orientadora de toda a época medieval, continuou introduzindo na civilização cristã conhecimentos científicos e filosóficos que a Grécia legara. Esta subordinação às escolas antigas da Grécia (tentando explicar a moral cristã pela sabedoria antiga e a teologia pela lógica) descobre o terreno onde a árvore da ciência coeva fixou as raízes e alimentou o pensamento desses génios brilhantíssimos, que tanto lustre deram à Cristandade.

Formaram-se em Atenas no séc. IV A.C. as escolas originais destas locubrações: Platão nos problemas da essência das coisas, Aristóteles no campo das realida-

des sensíveis e compostas, criaram, cada um, as suas escolas filosóficas, em volta das quais gravitam todos os grandes mestres do pensamento humano. Da controvérsia, originada pelo édito de Milão, brotaram dissidências heréticas, especialmente a trinitária e desta a ariana, a que teve maior representação na numismática.

Aludiu à política imperial, à utilização de mercenários, às invasões do Império e à formação dos reinos bárbaros; por outro lado resenhou às relações da Igreja com esses reinos, à acção de Santo Agostinho, S. Bernardo, Santo Anselmo e S. Tomás, à organização do ensino escolar, às discussões célebres.

Separadas a teologia e a filosofia, os símbolos, que traduziam as ideias teológicas, deixaram de evolucionar, por o agente causador da evolução dos símbolos teológicos se fixar no seu campo. A filosofia desenvolveu-os. Reflecte-se o facto na numismática, por exemplo na época de D. Afonso III (1246-1279).

Indicou os símbolos medievais: âncora, peixe, o Bom Pastor, o cordeiro, a pomba de asas abertas, o tau hebraico, o T dos latinos, o crismon ou símbolo de Niceia e monograma de Cristo e a cruz; triângulo, tetralfa, pentalfa, hexalfa, escudetes, armilas, etc., com significação filosófica, de que apontou o simbolismo próprio.

Referiu-se ao triângulo símbolo da Divindade na Trindade, e apontou exemplos da aplicação à numismática dos primeiros reinados portugueses. Os escudetes de amêndoa ou ovais, entrelaçados, aparecem na interpretação das armas de Portugal, como aplicação platónica da ordenação dos quatro elementos na génese do universo. As combinações e a evolução dos escudetes manifestam-se em pedras tumulares como a de Martim Vicente Barreiros e sua mulher Joana Martins, 1392, na Sé do Porto; chama-lhe «Alma do Mundo». O pentalfa é a figuração equivalente a cinco alfas ou cinco triângulos, em estrela de cinco pontas, figuração da matéria, por ser formada de triângulos, e chama-lhe, por concordância com a «Alma do

Mundo», «Corpo do Mundo»; aparece nas moedas de D. Sancho I. O pentalfa cruciforme é estilização da forma anterior, e andou também nas moedas do mesmo rei, como estilização do «Corpo do Mundo». Na numismática e na sigilografia portuguesas houve estilizações cruciformes nos fins do séc. XII e princípios do séc. XIII.

A combinação do escudete amendoado com o triângulo produz o que se chama «escudete regular», que se encontra nas moedas de D. Afonso II; a combinação de escudetes regulares em disposição cruciforme surge com D. Sancho II e continua daí por diante; a actual disposição é devida a D. João II, com o que imprópriamente chamam «endireitar o escudo».

Passou depois à interpretação das quininas: selos anteriores a D. Afonso III com escudetes amendoados e arruelas; o de D. Sancho I com cinco escudetes no escudo amendoado, cada escudete com onze arruelas, o que perfaz cinquenta e cinco. Aristóteles, ao explicar o movimento planetário, concebeu a existência desse número de esferas. Ora o selo de D. Sancho I apareceu logo após as traduções toledanas, a partir de 1126, do árabe ao latim, de grande parte da obra de Aristóteles. Deve, pois, haver coincidência e não acaso, no aparecimento das cinquenta e cinco arruelas, correspondentes a outras tantas esferas: cada uma das arruelas representará uma das esferas do sistema cosmogónico, aristotélico. A partir de D. Afonso III os nossos reis, conforme as crónicas, resolveram a dificuldade de meter tantas arruelas em pequenos escudetes, substituindo as onze de cada um por cinco, dispostas em aspa.

Breves considerações sobre oficinas monetárias medievais (1955).

Aludiu às oficinas monetárias de Braga e de Lisboa, com prioridade para a primeira, e à possibilidade de ter havido outra em Coimbra, dada a permanência da Corte nesta cidade. Postas em uso, mais tarde, as letras toponímicas em dé-

terminados lugares das moedas, a indicarem onde estas tinham sido emitidas, continuaram a aparecer outras moedas sem essas letras; estas, a exemplo do que se fazia lá fora, foram atribuídas à capital, Lisboa portanto para nós. Notou que, porém, continuaram a aparecer moedas com o L de Lisboa; por isso, não aceita a classificação; em vez dela propõe denominar *Moedas da Corte* as que não apresentam a letra toponímica. Exulicou: se as oficinas monetárias marcavam com a letra toponímica as suas oficinas, as que não têm letra devem considerar-se provenientes de oficina monetária da Corte, que, andando de lugar para lugar, não podia localizar as suas emissões. Há moedas com a letra E, de Évora; como, desde D. João 1.º não aparecem moedas da mesma procedência, considerou-se fechada esta oficina monetária durante a 2.ª Dinastia. Citou Teixeira de Aragão, Raúl Couvreur, Luís Pinto Garcia e Pedro Batalha Reis, que se têm pronunciado sobre o assunto, afirmando este, como o primeiro, que houvera emissão em Évora no reinado de D. Afonso V, embora Couvreur tenha observado que o E, que Ara-

gão vira na moeda deste rei, era P. O autor da comunicação possui uma moeda (ceitil) encontrada nos arredores de Évora, e nela se vê distintamente, e no lugar próprio, um E gótico, à direita das torres. Tudo leva a aceitar a autenticidade da moeda e dos seus caracteres discutidos. A favor da existência desta oficina está a permanência nela, por largos períodos, dos reis D. Duarte, D. João II, D. Manuel e do Cardeal D. Henrique. Como se afirma que as oficinas monetárias acompanhavam a Corte, as moedas podiam ter sido emitidas nesta cidade, e não trariam a letra toponímica por serem da oficina da Corte. Outras circunstâncias como a da peste, que levou D. Duarte a refugiar-se em Évora, confirmam a presunção de moedas emitidas ali por este monarca; Fr. Agostinho de França Galvão afirma nas *Memórias da Literatura Portuguesa* (Tomo I, a págs. 344) que D. Duarte cunhara moeda em Évora, e fundamentava-se em elementos encontrados nas memórias do soberano. Ao terminar, afirmou o autor que esta comunicação era apenas o esboço de trabalho no assunto.

NOTAS:

(1) Cap. José Correia de Campos: «A Virgem Apocalíptica»; as duas comunicações foram ampliadas e integradas no volume *A Virgem na Arte Nacional*, Braga, 1956.

(2) Dr. Fernando Castelo-Branco: «O Problema dos Presépios»: o assunto foi retomado e ampliado na *Revista Municipal*, com o título de «Presépios de Lisboa nos séculos XVI e XVII», n.º 64, págs. 25-34.